



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, para além dos Deputados da CEAMCOVID19, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações,*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 38, de 9 de dezembro;*
 3. *Discussão e votação do requerimento da Iniciativa Liberal, solicitando a «audição da Ministra da Saúde, do Coordenador do GT que elaborou o Plano de Vacinação contra a Covid-19 e de empresas farmacêuticas envolvidas no Plano», sobre o Plano de Vacinação contra a Covid-19;*
 4. *Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde e da Ministra da Saúde, de forma a «esclarecer quais são as regras a aplicar à transferência de doentes entre prestadores de cuidados de saúde»;*
 5. *Outros assuntos.*
- 10:30 *Audição, em conjunto com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença Covid-19 e do processo de recuperação económica e social», do Dr. Francisco Ramos, que lidera a Task Force para o «Plano de Vacinação contra a Covid-19», a requerimento do CDS-PP e do PSD, para prestar esclarecimentos sobre este Plano.*

1. Informações

A Presidente informou os Deputados de que o Deputado Bruno Aragão (PS) foi integrado na Comissão de Saúde, como membro efetivo. Deu nota que o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) solicitou o agendamento da apresentação do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicod dependência», nos termos do artigo 70.º-A do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, preferencialmente, para os dias 13, 20 ou 27 de janeiro de 2021. Tendo em conta as eleições presidenciais, foi consensual dever agendar-se para o dia 27 de janeiro de 2021.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

A Presidente informou também os Deputados que há necessidade de se agendar uma reunião da Comissão para a próxima segunda-feira, informando que os serviços tentarão convocar, pelo menos, uma entidade para ser ouvida sobre o processo legislativo em curso, relativo às juntas médicas de avaliação de incapacidades e Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso. Transmitiu ainda que baixaram à 9.ª Comissão três iniciativas europeias, cujos pareceres deverão ser discutidos e aprovados até 22 de janeiro de 2021:

- a. COM(2020)725, relativa ao reforço do papel da Agência Europeia de Medicamentos em matéria de preparação e gestão de crises no que diz respeito aos medicamentos e dispositivos médicos, sendo que a elaboração do parecer cabe, de acordo com a grelha de distribuição, ao PS;
- b. COM(2020)726, que altera o Regulamento (CE) n.º 851/2004 que cria um Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, sendo que a elaboração do parecer cabe, de acordo com a grelha de distribuição, ao PSD;
- c. COM(2020)727, relativa à governação de dados (Regulamento Governação de Dados), sendo que a elaboração do parecer cabe, de acordo com a grelha de distribuição, ao PS.

Os autores serão indicados posteriormente.

2. Apreciação e votação da ata n.º 38, de 9 de dezembro

A ata n.º 38, relativa ao dia 9 de dezembro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do CH.

3. Discussão e votação do requerimento da Iniciativa Liberal, solicitando a «audição da Ministra da Saúde, do Coordenador do GT que elaborou o Plano de Vacinação contra a Covid-19 e de empresas farmacêuticas envolvidas no Plano», sobre o Plano de Vacinação contra a Covid-19

O Deputado João Cotrim de Figueiredo apresentou o [requerimento da IL](#), que solicita à Comissão de Saúde a «audição da Ministra da Saúde, do Coordenador do GT que elaborou o Plano de Vacinação contra a Covid-19 e de empresas farmacêuticas envolvidas no Plano», sobre o Plano de Vacinação contra a Covid-19. No que concerne à Ministra da Saúde e ao Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19 disse que é necessário assegurar a transparência do Plano de Vacinação e



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

que é importante que esclareçam as dúvidas que subsistam relativamente ao Plano de Vacinação. Deu nota que é importante ouvir as empresas farmacêuticas que desenvolveram vacinas para que prestem esclarecimentos sobre a sua fidedignidade e sobre como podem assegurar que não existirão atrasos ou até acelerar a sua distribuição.

A Presidente informou que irá realizar-se, de seguida, uma audição com o Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19. O Deputado João Cotrim de Figueiredo disse que nada tem a opor a que, caso o requerimento seja aprovado, se aproveite já essa audição, tendo pedido que lhe fosse conferida a possibilidade de deixar as perguntas escritas, porquanto teria de se deslocar a Belém para uma audiência com o Presidente da República, às 11h.

A Deputada Hortense Martins disse que o Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19 irá ser ouvido de seguida e que na sexta-feira está agendada a audição da Ministra da Saúde, na CEAMCOVID19. Devia esperar-se por essas duas audições, para se aferir da necessidade de ouvir as empresas farmacêuticas.

O Deputado António Maló de Abreu disse que o PSD acompanha as preocupações manifestadas neste requerimento, que votará favoravelmente.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que existem partes neste requerimento que já estão ultrapassadas com a audição, na CEAMCOVID19, da Ministra da Saúde agendada para a próxima sexta-feira e que, a ser aprovado, poderá ser uma audição conjunta. Quanto às empresas farmacêuticas disse que o seu papel é produzir e não fazer a promoção da vacinação, não vendo interesse na vinda daquelas a esta Comissão.

A Deputada Paula Santos solicitou que as entidades do requerimento fossem votadas em separado, porquanto o Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19 será ouvido de seguida e a Ministra da Saúde na sexta, ao que não se oporá. Contudo o PCP não acompanhará a parte das empresas farmacêuticas.

A Deputada Ana Rita Bessa disse que nada tem a opor ao requerimento e que o acompanha integralmente, sendo importante ouvir também as empresas farmacêuticas, dando nota que nada tem a opor a que a audição de sexta-feira seja feita em conjunto.

A Deputada Bebiãna Cunha referiu que o PAN acompanha o requerimento na parte da audição ao Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19 e da



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

Ministra da Saúde, tendo feito um apelo ao Deputado João Cotrim de Figueiredo para que aguarde pelas referidas audições no sentido de se aferir da necessidade da audição da indústria farmacêutica.

O Deputado João Cotrim de Figueiredo disse que não entende a aversão a que se ouçam as empresas farmacêuticas, a IL apenas quer antecipar problemas, nomeadamente, nos atrasos das entregas das vacinas. Disse ainda que não se opõe à votação em separado.

A Deputada Hortense Martins disse que só se poderá avaliar da necessidade da audição da indústria farmacêutica depois de se ouvir o Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19 e a Ministra da Saúde.

As entidades constantes do requerimento foram votadas em separado. No respeitante à audição do Coordenador do GT do Plano de Vacinação contra a Covid-19 e da Ministra da Saúde, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH. Quanto à audição das empresas farmacêuticas, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, BE e PCP, com os votos favoráveis do PSD e do CDS e a abstenção do PAN, registando-se a ausência do CH.

A Presidente informou que os serviços entrarão em contacto com a CEAMCOVID19 para que a audição com a Ministra da Saúde, agendada para sexta-feira, seja realizada em conjunto.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde e da Ministra da Saúde, de forma a «esclarecer quais são as regras a aplicar à transferência de doentes entre prestadores de cuidados de saúde»

O Deputado António Maló de Abreu apresentou o [requerimento do PSD](#) que solicita a audição da Presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e da Ministra da Saúde, de forma a esclarecer quais são as regras a aplicar à transferência de doentes entre prestadores de cuidados de saúde, atendendo ao Regulamento n.º 964/2020, de 16 de outubro, da ERS, no qual se estabelecem regras aplicáveis ao processo de transferência de utentes e se definem os mecanismos organizacionais que possibilitam a coordenação e articulação entre os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, e ao Despacho n.º 12020/2020 da Ministra da Saúde, que declarou a invalidade do aludido Regulamento da ERS, sustentando que a matéria dele constante



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

não se enquadra nas funções legal e estatutariamente previstas para a ERS, sendo que, posteriormente, a referida entidade administrativa independente veio invalidar o despacho ministerial.

A Deputada Hortense Martins, o Deputado Moisés Ferreira, a Deputada Ana Rita Bessa e a Deputada Bebiania Cunha disseram que nada têm a opor ao requerido e que votarão favoravelmente.

A Deputada Paula Santos deu nota que o PCP se irá abster, porquanto não é claro que a ERS tenha competência para a emissão do aludido regulamento.

O requerimento foi aprovado por maioria, com a abstenção do PCP, registando-se a ausência do CH.

10:30 Audição, em conjunto com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença Covid-19 e do processo de recuperação económica e social», do Dr. Francisco Ramos, que lidera a Task Force para o «Plano de Vacinação contra a Covid-19», a requerimento do CDS-PP e do PSD, para prestar esclarecimentos sobre este Plano.

Neste ponto, a reunião passou a ser conjunta, e a condução dos trabalhos foi partilhada entre a Presidente da Comissão de Saúde e o Presidente da Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social, o Deputado Luís Testa.

A Presidente cumprimentou o Dr. Francisco Ramos, que coordena a Task Force para o «Plano de Vacinação contra a Covid-19» e que participou na audição por videoconferência.

A Deputada Ana Rita Bessa questionou o Dr. Francisco Ramos sobre como será assegurada a cadeia de frio no transporte e distribuição das vacinas da Pfizer, tendo em conta a vida útil das vacinas assim acondicionadas, nomeadamente se serão as Forças Armadas a entregar as caixas térmicas, sobre se já estão identificadas as primeiras listas nominais das pessoas a serem vacinadas, como vão ser inscritas, como serão chamadas, como serão acompanhadas posteriormente. Questionou também o Dr. Francisco Ramos sobre as normas da DGS para esta matéria, sobre as equipas de profissionais de saúde que irão vacinar, sobre os consumíveis, sobre a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

separação de circuitos «Covid» e «não Covid» nos locais de vacinação, sobre a campanha de vacinação e, ainda, sobre a operação de segurança.

O Dr. Francisco Ramos começou por dizer que será apresentada uma versão aumentada do Plano de Vacinação Covid, que é um plano que está preparado para ser revisto, tendo dado nota de algumas datas, estando previsto que cheguem ainda algumas vacinas este ano, referindo que existiram três pontos de entrega: Continente, Madeira e Açores, que estão assegurados os consumíveis, que a comunicação e as normas da DGS estão a ser preparadas e que o circuito «não Covid» não será prejudicado.

O Deputado Ricardo Batista Leite questionou o Dr. Francisco Ramos sobre o calendário da vacinação, sobre a necessidade de identificação das pessoas, bem como a articulação com os médicos de família, negociação com a Comissão Europeia, definição dos subgrupos da população a ser vacinados em primeiro lugar, logística da distribuição das vacinas, armazenamento nos Centros de Saúde, sobre a segurança dos circuitos e sobre a vacinação nos lares ilegais.

O Dr. Francisco Ramos remeteu para a apresentação pública do Plano de Vacinação Covid-19 as respostas sobre as quantidades de vacinas contratualizadas, com a menção da redução de 20% por força do incumprimento da empresa. Referiu que Portugal tem capacidade para começar a vacinar assim que as vacinas chegarem. Deu nota que os subgrupos a serem vacinados em primeiro lugar foram definidos pela Comissão Técnica constituída para esta vacina, tendo em conta, nomeadamente, o índice de prevalência da doença Covid em Portugal e referiu que apenas um ponto necessita de ter capacidade de frio para armazenamento e que as vacinas chegarão também aos lares informais.

O Presidente da CEAMCOVID19, Deputado Luís Testa, deu nota da ausência do Deputado João Cotrim de Figueiredo, requerente, passando a palavra ao grupo parlamentar do PS.

A Deputada Hortense Martins sublinhou que Portugal tem excelentes resultados na execução de planos de vacinação e que, decerto, essa experiência irá ser muito útil agora. Perguntou se há previsão para se começar a aliviar as regras de segurança, deu nota que 71% da população está disponível para receber a vacina e perguntou o que está pensado para as campanhas de vacinação. Questionou sobre o que está previsto quanto a profissionais de saúde e de outras áreas que recusem a vacina,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

tendo em consideração que é facultativa, sobre a organização dos Centros de Saúde, sobre as datas previstas, sobre a definição dos grupos prioritários e sistema de registo da vacinação quanto à população sem médico de família.

O Deputado Moisés Ferreira começou por questionar o Dr. Francisco Ramos sobre o calendário do plano de vacinação e se o país está preparado, sobre o prazo previsto para a primeira fase e fases posteriores, sobre a preparação dos Centros de Saúde, sobre a identificação dos utentes e se está prevista a vacinação fora dos Centros de Saúde; sobre se os profissionais de saúde do SNS são suficientes para que corra tudo bem e se está previsto um reforço de pessoal e, ainda, sobre a urgência da comunicação à população sobre a eficácia e segurança da vacina.

O Deputado João Dias começou por sublinhar a importância da informação à população para que a decisão seja livre e esclarecida. Questionou sobre a administração da vacina, pois entende que deverá ser no SNS para não se transformar num negócio; sobre a priorização das pessoas, mesmo dentro dos grupos prioritários, questionou sobre a razão de Portugal estar dependente da União Europeia no que concerne à aquisição e à produção de vacinas, sobre a dotação das condições e meios para a execução do plano de vacinação e, ainda, sobre o registo.

A Deputada Bebiana Cunha pediu esclarecimentos sobre a notícia do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) não ter sido ouvido na elaboração do plano, sobre os mecanismos de comunicação com os utentes, sobre os recursos logísticos e humanos na receção das vacinas, sobre as pessoas sem médico de família e a articulação com os Centros de Saúde, sobre o funcionamento normal atividade dos Centros de Saúde, sobre o papel das unidades de cuidados na comunidade, sobre se haverá recomendações específicas para quem tomou a vacina da gripe, sobre a monitoração das pessoas vacinadas, sobre a vacinação de pessoas com histórico de reações alérgicas e sobre a utilidade da criação de centros de vacinação.

O Dr. Francisco Ramos disse que não é possível saber quando se atingirá a imunidade de grupo, enalteceu o plano nacional de vacinação, dizendo que quem recusar tomar a vacinar tem de ser respeitado. Deu nota que as marcações só poderão ser feitas quando houver datas concretas. Prestou esclarecimentos sobre os períodos previstos das fases da vacinação, sobre as pessoas que não têm médico de família, sobre a capacidade dos Centros de Saúde, sobre as quantidades de vacinas



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

contratualizadas, sobre a possibilidade de criação de centros de vacinação, de unidades móveis e de vacinação ao domicílio, sobre os recursos humanos e sistemas informáticos, sobre a comunicação, sobre a segurança das vacinas que provém da sua aprovação da Agencia Europeia do Medicamento, sublinhando que o que está em causa no Plano de Vacinação é a ordem da vacinação e não quem tem ou não direito à vacina, porquanto todos têm direito à vacina.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Telma Guerreiro, Lara Martinho, Ricardo Batista Leite, Moisés Ferreira, João Dias e Ana Rita Bessa, os quais foram prestados pelo Dr. Francisco Ramos.

A Presidente deu por encerrada a reunião às 12:38, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 16 dezembro 2020.

A PRESIDENTE


(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado
Álvaro Almeida
Ana Rita Bessa
Anabela Rodrigues
António Maló de Abreu
Bebiana Cunha
Bruno Aragão
Hortense Martins
Joana Lima
José Manuel Pureza
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Paula Santos
Pedro Alves
Ricardo Baptista Leite
Rui Cristina
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Susana Correia
Telma Guerreiro
Cecília Meireles
Elza Pais
Fernanda Velez
Francisco Rocha
Helga Correia
Hugo Patrício Oliveira
João Cotrim de Figueiredo
João Dias
João Gouveia
Luís Soares
Marta Freitas
Sara Velez

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Bento
José Rui Cruz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40/XIV/ 2.ª SL

André Ventura